

## “O primeiro PNE foi discutido por três anos, e não temos este tempo”

Proposta é ter um relator para cada etapa de ensino – infantil, fundamental, médio e superior

**Regiane de Oliveira**

roliveira@brasileconomico.com.br

Estreante na Câmara, a deputada Maria Auxiliadora Seabra Rezende (DEM-TO), que foi secretária estadual de Educação e Cultura do Tocantins entre 2000 e 2009, é uma das defensoras da comissão especial para agilizar o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Mais conhecida como Professora Dorinha, ela diz que é possível votar o plano ainda este ano.

### A nova comissão quer substituir as funções da CEC?

O objetivo da comissão especial não é ser paralela à CEC. A proposta é democratizar a discussão. Como encarregada da área de educação do meu partido, eu analisei o PNE e nossa proposta para agilizar é criar sub-relatorias por temas – hoje o plano da deputada Fátima Bezerra é ter apenas um relator, no caso o deputado [Angelo] Vanhoni, do PT. Por mim, cada etapa de ensino, infantil, fundamental, médio e superior, deverá ter um relator responsável por falar com as entidades civis.

### Isto vai atrasar ainda mais a aprovação do PNE?

Temos de ter cuidado, porque o primeiro PNE foi discutido por três anos e não temos este tempo. Acredito que temos condições de fechar neste ano.

### O PNE anterior foi considerado uma lei que não pegou. O que fazer para que isto não se repita?

A sociedade tem de entender que precisamos de um plano que seja um pacto entre os partidos e a nação. Todos falam da educação da Finlândia, mas os mesmos projetos educacionais estão em vigor há mais de 30 anos naquele país. No Brasil, tivemos dez anos de um plano nacional cujo documento que fora mandado para o Congresso não tinha diagnóstico. Foram três anos de discussão, entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, para a criação de um documento de gaveta. No final, não sabemos de fato o que foi cumprido.



**Para deputada, sem plano estratégico, educação vive eterno recomeço**

### A alegação do governo é de que as metas eram muito ambiciosas.

O plano tinha metas ambiciosas, como o item do financiamento da educação, que acabou vetado pelo presidente Fernando Henrique. O governo Lula entrou com o compromisso de anular o veto e nunca o fez. E o resultado: o ex-ministro da educação Tarso Genro criou seus próprios projetos, Paulo Renato teve seus projetos e Fernando Haddad também. É um eterno recomeço.

### Uma das questões polêmicas do PNE é novamente o aumento de recursos para a educação. O Brasil tem condições de investir mais de 5% do PIB em educação?

A Conae validou um aumento de 10% do PIB para a educação. No documento mandado ao Congresso, o governo colocou 7%. Temos de saber o motivo, dar uma satisfação para a sociedade. Ver se poderemos fazer este aumento gradativo e em quanto tempo. A comissão, se for plural, terá esta função, ouvir e debater as metas, ponderar com o que foi pedido pela conferência, que uniu professores, estudantes, governo.

### O fato de a CEC unir temas tão amplos como educação e cultura em um só pacote não atrapalha o avanço dos projetos?

A separação dos temas em comissões independentes é uma coisa a se pensar. ■